**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Bom dia.

Esta reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 156, de 2018, de minha iniciativa, e tem como objetivo debater sobre o financiamento do desenvolvimento econômico, especialmente o papel do sistema financeiro dos bancos públicos e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo Youtube, no canal da Câmara dos Deputados.

Para darmos início à apresentação, convido a Sra. Maria de Lourdes Mollo, professora de economia da Universidade de Brasília.

Informo que também foram convidados o Sr. Henrique Paim, que teve dificuldade com a agenda, e o Sr. Augusto Vasconcelos, que teve um problema de saúde antes de se deslocar de Salvador para cá e não teve condições de embarcar.

Antes de passar à exposição, desejo informar as regras da condução dos trabalhos desta audiência pública.

O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 20 minutos. Após a exposição, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar o palestrante deverão inscrever-se previamente e tratar estritamente do assunto, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica.

Agradeço a presença à Profa. Maria de Lourdes e a cumprimento pelo trabalho que sempre desenvolve neste debate tão intenso, num momento em que a nossa economia necessita fazer reflexões mais profundas, voltadas ao interesse do desenvolvimento nacional, com a abrangência e o conteúdo que esse tema merece ter. Ela falará sobre o sistema financeiro, o papel dos bancos públicos, as circunstâncias em que se encontram as instituições que vão desempenhar esse papel — se estão ou não prontas, se estão ou não numa trajetória adequada — e as iniciativas que a Nação brasileira deve construir.

Lembro sempre que estamos a menos de 4 meses de uma eleição, e a eleição é o momento apropriado para levantar temas de interesse nacional, projetos e programas. Esse deve ser o debate central que a sociedade precisa acompanhar e do qual deve participar, interferindo e decidindo o rumo que o País deve tomar.

Há certa perplexidade sobre a proposição de cada candidato, de cada projeto que está sendo apresentado ao País, prevalecendo uma insegurança, uma incerteza muito grande.

Portanto, cada debate com um tema como este deve merecer — ou deveria merecer — uma atenção especial desta Casa, dos Parlamentares e da sociedade.

Passo imediatamente a palavra à Profa. Maria de Lourdes, para que faça a sua intervenção.

**A SRA. MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO** - Sr. Presidente, eu gostaria de começar agradecendo o convite que me foi feito para participar desta audiência.

Eu vou mostrar aos senhores algumas coisas sobre investimento, que é o ponto mais importante quando estamos falando do sistema bancário e do papel dos bancos privados e dos bancos públicos, em particular dos bancos de desenvolvimento. Devo dizer que essa visão sobre o processo de investimento não é algo consensual em economia — aliás, nada é consensual em economia. Vou colocar para vocês a visão dominante, que é a visão ortodoxa neoliberal, e vou confrontá-la com a visão heterodoxa, que é a minha visão, que vou expor aqui apenas para mostrar o porquê das divergências em relação às políticas, ao sistema financeiro e aos bancos públicos e de desenvolvimento.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Aqueles que têm visão ortodoxa neoliberal veem a poupança como fundamental ao processo de investimento, porque ela financia o investimento. E o que é a poupança? A poupança é todo aquele dinheiro que não gastamos hoje para que possamos gastar depois. O que remunera essa espera, segundo eles, é a taxa de juros. Então, quanto maior for a taxa de juros, mais gente estará interessada em poupar para receber essa taxa de juros no futuro e maior será a quantidade de poupança que essas pessoas vão fazer.

Nesse sentido, conforme essa teoria, se a taxa de juros for alta, não haverá muito problema, porque se estimulará a poupança. Entretanto, vocês vão dizer que o investimento que vai ser financiado varia de forma inversa à variação da taxa de juros: se a taxa de juros for muito alta, o investimento será inibido. Vai ser inibido se a rentabilidade do investimento for menor do que a taxa de juros, mas, se os investimentos tiverem rentabilidade alta, isso estimulará os investimentos que são considerados mais eficientes, e a taxa de juros não será tão problemática. Portanto, eu quero mostrar que a taxa de juros não é muito problemática e que os bancos são meros intermediários entre os poupadores e os investidores. Há que se prestar atenção no *spread* bancário e em coisas desse tipo, mas a decisão individual do mercado deve ser deixada àqueles que querem poupar e àqueles que querem investir.

A visão heterodoxa sobre o investimento é completamente diferente e exige taxa de juros baixa. Vejam que o mais importante não é a poupança, mas o investimento! Por que o investimento é importante? Porque ele multiplica renda e multiplica emprego. Por que multiplica? Na hora em que eu gasto 10 mil reais num investimento, eu pago salários, pago insumos, pago matérias-primas. E as pessoas que recebem os salários, as matérias-primas e os insumos recebem uma renda, que é gasta na compra de bens e serviços. Quando somamos todos esses ganhos com as vendas dos bens e serviços, a renda que foi gerada é muito maior do que o investimento de 10 mil reais que eu dei como exemplo. Nesse processo também os empregos são multiplicados, porque essa renda é destinada a produzir e a empregar. Portanto, o investimento é fundamental para o desenvolvimento, porque é ele quem cria, de forma multiplicada, renda e emprego.

De que o investimento depende? Ele depende de os rendimentos esperados pelos potenciais investidores serem superiores ao custo do investimento. Isso é o mesmo que dizer que, se as expectativas de lucro dos potenciais investidores forem maiores do que a taxa de juros — que é um bom indicador do custo do investimento —, então, se a taxa de juros for baixa, essas expectativas compensarão a taxa de juros e mais gente decidirá investir. E é da maior importância que ela seja baixa, porque essas expectativas de lucro são incertas.

Não dá para calcular expectativas de lucro *stricto sensu*. E por que não? Porque, na economia que vivemos, há uma incerteza permanente com relação ao futuro, porque ninguém é profeta, e com relação ao resultado líquido das decisões, porque as decisões são descentralizadas. Essa incerteza está na cabeça de todas as pessoas. Se ela é muito grande, os investidores avaliam que as expectativas de lucro são pequenas e não investem. Então, quanto menor for a taxa de juros, maior é a probabilidade de que o investimento se dê. Sem ele, eu não tenho nem aumento de renda nem aumento de emprego; com ele, eu tenho aumento de renda multiplicado e aumento de oferta de empregos multiplicado.

Este é o processo: se a rentabilidade esperada do investimento for maior do que a taxa de juros, a decisão de investir é tomada e há multiplicação de renda e emprego. Só depois vai sair a poupança. Essa é outra divergência, porque a poupança, nessa visão, não depende da taxa de juros. Por que não depende? Se uma pessoa ganha pouco, a renda dela é toda destinada ao consumo — às vezes, nem dá para o consumo. A taxa de juros pode ir para as alturas e ela não vai poupar. Mas, se a renda dela for alta, ela vai poupar independentemente da taxa de juros, porque ela não vai dar conta de gastar toda a renda investindo. Portanto, a poupança depende da renda, e não da taxa de juros.

Os senhores dizem: *"Mas a poupança está lá. Ela não está financiando o investimento?"* Quem financia os investimentos? Os bancos. Com o quê? Um pouco com os depósitos. Mas os senhores sabem que os bancos multiplicam dinheiro é emprestando. É isto o que eles fazem aqui. *(Aponta para gráfico.)*

Se os bancos emprestarem com taxa de juros baixa, eu tomo a decisão de investir, eu tenho a renda e os empregos gerados, e a poupança vai sair naturalmente, dependendo da renda.

Mas por que os bancos nem sempre oferecem taxa de juros baixas? Primeiro, porque existe a tal da incerteza. A incerteza sobre o que pode acontecer permeia a economia, horas mais, horas menos. Hora ela é percebida como maior e hora ela é percebida como menor pelos bancos. Se os bancos avaliam que a incerteza é grande, eles não emprestam ou só emprestam com taxa de juros elevadas. Aí a taxa de juros sobe.

Por outro lado, as pessoas também são permeadas pela incerteza. Quando a incerteza é muito grande, consumimos menos e guardamos mais dinheiro, que é uma liquidez que nos dá segurança com relação ao futuro. Tanto os bancos, quando não emprestam ou aumentam a taxa de juros, quanto as pessoas, quando não consomem, estão fazendo o que os economistas chamam de preferência pela liquidez. E isso é péssimo!

Por que isso é péssimo? Por que a pessoa não vende, e os bens de consumo não foram comprados, e porque a pessoa, sobretudo, não investe. Aí não se gera renda nem gera emprego. E se o investimento não só não subir, mas também cair, ele derruba de forma multiplicada a renda, como os senhores viram, e também derruba de forma multiplicada o emprego. Então, é péssimo quando a taxa de juros sobe, porque ela inviabiliza o investimento.

Os senhores hão de dizer: *"Qual é a solução?"* A solução é a seguinte: existe um papel do Estado, que é econômico, exatamente para compensar esse problema que a incerteza causa. De acordo com o eslaide, aqui há um financiamento bancário — e é preciso empréstimo. O Governo pode afetar essa taxa de juros. Como? Se ele baixar a taxa SELIC, ele tem como pressionar os bancos a baixarem a taxa de juros.

E os senhores dizem: *"Mas a taxa SELIC baixou e os bancos não baixaram suas taxas"*. Qual é a solução? Banco público. Por quê? Porque banco público não tem só como objetivo o lucro; ele tem também objetivo desenvolvimentista. Se ele tem esse objetivo desenvolvimentista ditado pelo Governo, que controla os bancos, ele pode emprestar a taxa de juros mais baixas, e isso força os bancos a emprestarem a taxa de juros mais baixas. Foi isso o que aconteceu quando a Caixa Econômica e o Banco do Brasil emprestaram com taxa de juros mais baixa e a taxa de juros caiu.

Mais do que isso, pode ser que essa taxa de juros baixe muito e ainda assim o investimento não decole. Nós estamos vendo isso neste gráfico. E os senhores dizem: *"Por quê?"* Porque, se esta situação aqui é permeada de incertezas, visto que a preferência pela liquidez dos bancos e a preferência pela liquidez do público é que estão fazendo a taxa de juros subir, então, se a incerteza é grande e a taxa de juros cai, a expectativa de lucro pode cair também. E, se ela cai também, não adianta só a taxa de juros cair.

Qual é a solução? A solução está no Governo investir. O Governo não tem como objetivo o lucro, mas, sim — e tem que ter —, controlar crescimento, emprego e desenvolvimento. Olhem o papel do investimento público! Aí os senhores vão dizer assim: "*Ah, para tirar a iniciativa privada?*" Não, não é para tirar a iniciativa privada, mas para fazer com que a iniciativa privada, num segundo momento, veja essa rentabilidade esperada como maior e, portanto, decida investir. Como? Quando o Governo investe, também gera renda e emprego de forma multiplicada. Com isso, ele gera demanda. Quando nós investimos, investimos para ganhar. Ninguém investe para não ganhar lucro. O investidor, na economia real, só investe se ele tiver perspectiva de demanda para o produto dele. Onde estão essas perspectivas de demanda? Se a renda está subindo e se a oferta de empregos está subindo, haverá, naturalmente, demanda, e as expectativas de lucro ou a rentabilidade esperada dos empresários, potenciais investidores, subirá. Se subir, vai estimular um investimento privado num segundo *round*.

Vejam que há um papel para a política monetária — baixando, e não subindo a taxa de juros — e há um papel para a política fiscal, investindo para gerar renda e emprego, e estimular o investimento no momento seguinte.

E os bancos públicos e os bancos privados? Os bancos privados, nós já vimos, têm um papel importantíssimo. Se eles emprestarem a taxa de juros baixas, eles estimularão o investimento, porém mais. O banco público faz o quê? Primeiro, garante a queda da taxa de juros que nós mencionamos; segundo, financia o investimento público. Ou então o investimento público não se dará para garantir o aumento de demanda, renda e emprego que vai garantir o desenvolvimento, mas mais do que isso.

E isto aqui que está esquecido? *(Aponta eslaide.)* Nesse processo de financiamento, o dinheiro que os bancos emprestam é de curto prazo. Para quê? Para as primeiras decisões de investir: contratar trabalhador, pegar as primeiras matérias-primas, insumos e mostrar serviço, até porque nenhum banco dá dinheiro a quem não mostrou algum serviço, para garantir que o dinheiro dele vai ter retorno. Porém, esses investimentos são de média e longa maturação. Quanto mais média e longa a maturação for, melhor, porque amplia a capacidade produtiva do sistema.

Esses empréstimos foram de curto prazo. O que eles precisam fazer agora? Eles precisam fazer o *funding* do investimento, ou seja, trocar, converter as dívidas de curto prazo que eles fizeram aqui por dívidas de prazo compatível com o prazo do investimento — 5 anos, 10 anos, 20 anos, o que for. Quem empresta esse dinheiro? Ou se tem um mercado financeiro muito desenvolvido, e esse mercado financeiro provê recursos suficientes para a compra de ações que façam esse financiamento, ou é preciso um banco como o BNDES para fazer esse *funding*. Então, não houve e não há, na América Latina, ninguém que se desenvolveu sem banco público fazendo financiamento de longo prazo.

Em particular, no caso brasileiro, nós não teríamos chegado aonde chegamos se nós não tivéssemos um BNDES sustentando o processo de industrialização e todo o crescimento que nós tivemos. Até hoje ele continua sendo necessário, e cada vez mais necessário, por quê? O que temos hoje? O chamado voo de galinha: cresce um bocadinho, cai um bocadinho, cresce mais um bocadinho. Nós estamos vivendo isso. Por quê? Porque, mesmo que se consiga financiar aqui, não se consegue rolar essa dívida, a não ser com um custo absolutamente exagerado que impede a continuidade do investimento e leva ao retrocesso. Então, se não houver bancos públicos sem objetivo de lucro, pode-se até receber algum ganho, mas não se pode ter isso como único objetivo. O objetivo é garantir que o processo de investimento e o processo de desenvolvimento fluam naturalmente, ou então nós não chegaremos lá.

Só uma última informação: a taxa de juros de longo prazo é uma composição da taxa de juros de curto prazo e do prêmio de liquidez, justamente. Como você vai prolongar o período que vai receber o dinheiro, você vai cobrar um prêmio de liquidez. Se a taxa de juros de curto prazo for alta, como é a nossa, mesmo depois que baixou, quando colocamos um prêmio de liquidez, que deve estar alto, porque temos uma incerteza enorme, nós temos uma taxa de juros de longo prazo que não há rentabilidade de investimento que cubra. É por isso que ninguém investe.

O que é preciso fazer? Essa taxa tem que cair — tem — e é preciso que o Governo, quando investir, gere muita renda e gere muito emprego. Para quê? Para diminuir isso. Em uma economia que cresce, que tem emprego, em que as pessoas consomem, em que as pessoas estão trabalhando, em que o País está crescendo, o que acontece com a incerteza? Ela diminui naturalmente, e aí o prêmio de liquidez vai cair e a taxa de juros vai cair. Enquanto não houver isso, a única saída é banco público para fazer com que o processo de desenvolvimento amplie o mercado financeiro e possa dividir com ele esse papel no *funding* ou na consolidação do investimento.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradeço à Profa. Maria de Lourdes a exposição didática, precisa e afirmativa sobre o papel dos bancos públicos.

Passo agora imediatamente ao debate, convidando o Deputado Antonio Balhmann para fazer sua intervenção.

**O SR. ANTONIO BALHMANN** (PDT - CE) - Sr. Presidente, certamente, o tema desta audiência pública é um dos mais essenciais para o Brasil na atualidade. É o busílis da questão, como dizia um professor meu. A abordagem da Profa. Maria de Lourdes suscita para nós algumas dúvidas que são importantes para o esclarecimento da nossa visão sobre a problemática brasileira.

A minha primeira pergunta é a seguinte: por que só os bancos públicos têm ou devem ter esse papel preponderante?

Em segundo lugar, nós vemos, na maioria dos países desenvolvidos, que quem financia a produção é o banco privado. Por que no Brasil nós fomos pelo caminho da extrema concentração do sistema financeiro nas mãos de poucos, num país continental como o nosso, enquanto nos países desenvolvidos, cada região, cada Estado, cada província, muitas vezes, tem seu próprio banco a financiar o seu próprio sistema de produção? O sistema financeiro pinça aqueles empresários talentosos, inovadores, agressivos comercialmente, que fazem o financiamento, porque sabem que o retorno do seu capital está assegurado pelo resultado da produção.

No Brasil ocorre o inverso. Nós falamos em investimentos. Quando falamos em investimentos, nós nos referimos a investimento em infraestrutura ou em novas fábricas?

Houve, ao longo dos anos, uma queda terrível da indústria brasileira. A indústria de transformação tem uma participação cada vez menor no PIB brasileiro. O Brasil não é competitivo. Cada vez é mais inexpressiva a participação da indústria brasileira nos mercados de manufaturados do mundo. O Brasil participa com 0,6% desse mercado.

Que economia é essa em que os bancos se abarrotam de capitais e têm lucros completamente desproporcionais? Há dinâmica da sua economia, por um lado, e a indústria, pelo outro, está mergulhada na impossibilidade de financiamento, numa ambiência burocrática terrível, financiada por um capital extremamente caro, submetida a um regime fiscal, tributário esdrúxulo. Não há espelho no mundo! É algo completamente esquisito. Não dá nem para explicar. Há 92 tipos de impostos, taxas, contribuição pesando sobre quem produz no Brasil.

Mesmo nesse cenário, sempre é o setor financeiro que usufrui e se viabiliza de uma forma completamente injusta, considerando as participações mais equitativas que deveriam ter os diferentes atores responsáveis por uma economia mais moderna.

As perguntas são as seguintes: por que só os bancos públicos? Por que essas taxas de juros se justificam e se mantêm tão altas? O que explica uma taxa de juros de mais de 300% relativa à inadimplência no cartão de crédito? O que é isso? Onde há isso por aí afora, pelo amor de Deus? Isso é completamente distorcido.

Quando falamos em investimento, falamos certamente como um vetor essencial para a geração do emprego e a promoção da renda, mas temos que falar muito especialmente no sistema produtivo brasileiro. Essa é a parte que falta fazer o seu papel, e certamente não é por falta do talento do empreendedor brasileiro, que é um mágico. Quem empreende no Brasil é mágico. Quem consegue sobreviver?

Essas contradições e essas dificuldades, vejo, professora, como o maior empecilho para que o Brasil se torne um país de Primeiro Mundo. Quando vemos um jovem na periferia da cidade, que está lá e não aprendeu a fazer nada — *"é nós"* —, não aprendeu nem a falar, não sabe fazer nada, pensamos que o sistema produtivo não foi capaz de tirar aquele jovem que está pichando, emporcalhando o País, que está todo emporcalhado. Ninguém infere nada disso. No sistema produtivo competitivo, agressivo comercialmente, ele não fica lá pichando, não, porque o sistema produtivo vai lá buscá-lo, vai capacitá-lo, porque precisa dele para operar uma máquina ou fazer uma parte do processo de produção.

Era isso o que eu queria, afinal de contas, esclarecer.

O que justifica a permanência de uma taxa de juros tão alta no Brasil? Como é a sua visão sobre isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Se a Profa. Maria de Lourdes Mollo concordar, eu gostaria de passar a palavra aos demais Parlamentares.

V.Sa. poderia responder em bloco? *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Sra. Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT - DF) - Sr. Presidente, Deputado Daniel Almeida, gostaria de parabenizar V.Exa. pela oportunidade desta discussão.

Quando falamos em crédito, estamos falando em um crédito que em grande medida está concentrado nos bancos públicos, particularmente se for o crédito de risco, com retorno de risco, como, por exemplo, crédito rural, em que se tem variáveis que não se controlam, como as intempéries da natureza. O crédito de longo prazo, o crédito habitacional neste País está concentrado na Caixa. Vemos que 98% do crédito habitacional de baixa estão na Caixa. Há Estados no Brasil onde se tem só crédito imobiliário na Caixa, não se tem mais em nenhuma outra instituição qualquer tipo de crédito. Neste País se tem um crédito reduzido, em relação à dimensão que deveria, uma dificuldade que a Caixa acaba de superar, sendo capitalizada pelos dividendos que aportou ao Governo, com o lucro gigantesco que teve, mas também uma dificuldade de alavancagem, que a Caixa tinha, o que impede, inclusive, a sua potencialidade creditícia, o exercício da potencialidade creditícia. Então, tem-se uma ausência de crédito, um crédito que não corresponde à potencialidade do Brasil.

Primeiro, penso eu, nós temos a acumulação do capital concentrada na financeirização da economia, a metade do orçamento brasileiro servindo ao rentismo no Brasil, porque metade do orçamento brasileiro vai para pagar os juros e o serviço da dívida, enquanto as despesas primárias estão congeladas, absolutamente congeladas. Portanto, a capacidade de investimento público do Estado foi esqueletizada neste Governo. E como não se tem um projeto de desenvolvimento nacional, não se precisa de crédito, porque o crédito pressupõe a existência de projetos de desenvolvimento. Não se precisa de crédito. E aí se faz o que foi feito com o BNDES: a mudança da taxa de juros. E ao mudar a taxa de juros, cria-se, ao meu ver, um *spread* negativo, porque se captaram recursos por determinada taxa, por volta de 13%, ou melhor, por volta de 7%, e vão-se devolver esses recursos com a taxa de juros por volta de 3%. Implode-se o banco.

Para além disso, há a obrigatoriedade de o BNDES antecipar o retorno de empréstimo da ordem de 100 bilhões de reais que foi feito. Antecipa-se. É uma pedalada. De certa forma, é uma pedalada. Faz-se um empréstimo, e têm-se que devolver esses recursos de forma antecipada. Isso aconteceu também com a PETROBRAS. Falam que a PETROBRAS está quebrada, mas ela antecipou a devolução de 20 bilhões de reais ao BNDES. Além disso, havia 20 bilhões de reais em caixa e também um crédito que ela tem em função de um passivo incontestável com a ELETROBRAS, por volta de 16 bilhões de reais, isso em 2016, e uma capacidade de investimento que foi sendo corroída. Não se pode considerar como prejuízo um investimento, particularmente numa empresa como PETROBRAS, que tem a maior tecnologia de prospecção de petróleo em águas profundas, no pré-sal, de todo o mundo.

Portanto, nesse quadro, com este Governo, neste País que está sendo construído a partir de uma ruptura democrática, contra a vontade do povo brasileiro, não cabem os bancos públicos fortalecidos. E por isso o Sr. Meirelles anuncia que irá privatizar a Caixa. E por isso há uma diminuição de programas, como o Minha Casa, Minha Vida, que forneceu por volta de 5 milhões de habitações para pessoas de baixa renda, que são excluídas do crédito imobiliário, inclusive do crédito imobiliário com o *funding* do FGTS, que é barato — e o FGTS está sendo abocanhado aos pedaços também. Perde-se esse *funding* barato para uma produção de habitação a longo prazo e para pessoas de baixa renda, o que tem que ser sem o retorno e sem essa taxa de juros.

Então, nesse quadro, não há política monetária para reduzir a taxa de juros para o consumidor. Reduz-se a SELIC, mas não há recurso suficiente, aumentam-se os compulsórios, enfim, não há política monetária para reduzir uma taxa de juros que, para o consumidor, é, em média, de 330%, seja do cheque especial, seja do crédito rotativo ou do próprio cartão de crédito.

Nesse quadro, há a ausência de um projeto de desenvolvimento nacional e o Brasil subalternizado ao rentismo e à financeirização da economia, há a ausência de qualquer relação com o trabalho, porque rentismo não precisa de trabalho, não produz. Rentismo é um lucro que não produz nada. Se não produz, não precisa de infraestrutura, não precisa de crédito, tampouco de insumos, seja energia, seja o próprio petróleo. E se não produz, também não precisa de mercado interno. *"Que o Brasil volte para as garras da fome"*, como tem voltado, Deputado Daniel, porque não é preciso empoderar a renda, porque nada produz; portanto, eu não preciso de compradores. Este é o Brasil que nós estamos vivenciado.

E eu concluo apenas dizendo: não é uma livre concorrência. O que justifica o Governo ter tanta dificuldade de alavancar e capitalizar a Caixa, que produz o crédito imobiliário, dentre outros créditos mais baratos? E o que faz o Governo quando anistia o banco Itaú em 25 bilhões de reais e quando faz acordo de leniência do Banco Central com o próprio sistema financeiro, que é um sistema financeiro concentrado. Na Alemanha, há 7 mil bancos, 5 mil bancos. Aqui no Brasil, o sistema financeiro está concentrado. Dois bancos públicos são responsáveis por quase 40% do crédito, sem considerar o crédito rural, o crédito imobiliário, que são créditos divididos por setor.

Não há livre mercado porque não há igualdade de condições. O que justifica impedir a Caixa de disputar a licitação para gerir a loteria que foi privatizada? Foi arrancada dela a loteria instantânea, a LOTEX, privatizou-se a loteria instantânea. E a empresa que tem a maior *expertise* em loteria do Brasil e é uma das maiores do mundo não pode disputar para poder gerir uma loteria instantânea no Brasil. Então não há livre mercado. Há uma política para asfixiar os bancos públicos, para prepará-los, em grande medida, para um processo de privatização.

Por isso, eles retiram planos da saúde dos trabalhadores, como o Banco do Brasil fez com o PREVI, a previdência dos trabalhadores. O Banco do Brasil faz um concurso para contratar 30 bancários. É um banco com mais de 100 mil trabalhadores. Por que faz um concurso para contratar 30 trabalhadores? Apenas para estabelecer o novo patamar: os trabalhadores que entram não têm direito à Caixa de Assistência, a plano de saúde, nem à previdência complementar, isso para baratear o custo e facilitar o processo de privatização.

Portanto, encerro dizendo: este Governo constrói um Brasil onde não cabe o provo brasileiro. Este Governo constrói um Brasil onde não cabem o crédito, o fortalecimento dos bancos públicos e o desenvolvimento da produção. Neste Brasil de Temer não cabe este povo filho de Zumbi dos Palmares e Dandara.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputada Erika.

Tem a palavra o Deputado Helder Salomão.

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES) - Presidente, eu queria agradecer a V.Exa.

Infelizmente, Profa. Maria de Lourdes, eu estou aqui lendo rapidamente a sua apresentação. Eu não pude estar aqui durante a sua fala.

Quero parabenizar o Presidente pela iniciativa desta audiência pública, porque discutir o papel estratégico dos bancos no desenvolvimento econômico é fundamental.

Há hoje uma inversão. A Deputada Erika Kokay fez uma bela explanação sobre isso agora, sobre como nós temos vivido, especialmente nos últimos anos, uma política fiscal que só tem uma preocupação: controlar a inflação. Isso é um grande equívoco, porque, se há a preocupação da política econômica de controlar a inflação, e nós sabemos que a inflação precisa ser controlada, o objetivo principal de ampliação do investimento para gerar oportunidades, emprego e renda não se verifica num ambiente em que nós percebemos que há incertezas muito grandes. E essas incertezas têm tirado o ânimo dos investidores, de quem produz, mas não dos especuladores. Os especuladores estão extremamente animados. Os especuladores estão vivendo um momento de muitos ganhos.

Agora, quem produz, quem efetivamente gera emprego, oportunidade e renda para a população está vivendo dias de muita dificuldade, porque as medidas do Governo e os resultados da política de preços da PETROBRAS mostram o equívoco desta visão de governo em que o mercado tem supremacia sobre os interesses da maioria da população.

Hoje de manhã, inclusive, Presidente Deputado Daniel Almeida, em um debate com estudantes de todo o Brasil que participam do Estágio-Visita, uma das perguntas foi: *"Como vocês avaliam o intervencionismo do Estado?"* Eu digo o seguinte, que o Estado tem que intervir para garantir o bem-estar social, porque o mercado não vai garantir o bem-estar social. Não há possibilidade de ter bem-estar social se a regra for simplesmente aquela ditada pelo mercado. Eu vejo assim: o papel dos bancos públicos é estratégico na medida em que ele também influencia o papel dos bancos privados. Se os bancos públicos cumprem um papel semelhante àquele que é cumprido pelos bancos privados, eles apenas reproduzem a lógica de um mercado que não está preocupado com o bem-estar de toda a população, que está preocupado com os lucros e com a manutenção mínima do bem-estar de uma parcela da nossa população.

Então, os bancos públicos precisam, cada vez mais, de forma estratégica, ter a missão de garantir os investimentos para gerar oportunidades para a população. Eu vejo essa onda privatizante do Governo sem medidas, sem controle e sem um projeto de nação, porque não vejo um projeto de nação fundamentando os projetos apresentados pelo Governo, e vejo com muita preocupação esse momento em que nós trabalhamos — quer dizer, nós não, o Governo trabalha — para destruir as empresas públicas, os bancos públicos, para facilitar a iniciativa e as investidas do capital privado. E isso não vai gerar efetivamente um bem-estar. Se olharmos o papel, especialmente, que a Caixa Econômica, que Banco do Brasil e que esses bancos cumprem no País, nós vamos ver que a privatização desses bancos seria uma tragédia para o nosso País, já que essa lógica de mercado se preocupa apenas com ganhos, ganhos e ganhos, e o bem-estar da população fica sempre prejudicado e em prejuízo.

Se nós queremos construir um projeto de Nação, o Estado tem, sim, que intervir para garantir o bem-estar social e não deixar que o livre mercado tome conta disso. O resultado todos nós já conhecemos. O maior exemplo disso é o que aconteceu recentemente com o preço dos combustíveis em nosso País em razão de uma política desastrosa para a soberania nacional e para a população brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputado Helder.

Finalizados os debates, retorno a palavra à Profa. Maria de Lourdes, para que possa responder as indagações e fazer as suas considerações finais neste painel.

**A SRA. MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO** - Sobre o papel dos bancos públicos e o porquê dos bancos públicos, tenho a dizer que os bancos públicos têm o objetivo não apenas de lucros, mas também de serem uma ferramenta usada pelo Estado para intervir na economia.

Como eu mostrei na minha exposição, por vezes, o sistema privado coloca a taxa de juros elevada. Por que coloca a taxa de juros elevada? O objetivo do sistema privado é o lucro, mas por que eles colocam a taxa de juros elevada se eles podem emprestar mais e, assim, na escala de empréstimos, eles poderiam ganhar? Porque há uma coisa chamada incerteza sobre quais são as expectativas de lucro e se eles vão conseguir o retorno dos empréstimos que eles vão fornecer. Eles têm o objetivo de lucro. Então, quando eles botam a taxa de juros no alto é porque eles estão preferindo liquidez, que é uma coisa mais fácil, e só emprestarão se pagarem uma taxa de juros mais elevada. Mas eles também botam a taxa de juros alta quando o sistema é concentrado, como é o nosso caso. Nós não temos um sistema concorrencial dentro do sistema bancário. É um caso típico de oligopólio, e esse caso típico de oligopólio requer um banco público que empreste a taxas mais baixas para, via concorrência, puxar a taxa do sistema bancário.

E por que os bancos são concentrados? Esta foi a sua pergunta. Eles são concentrados porque nós somos um país ainda em desenvolvimento e o sistema bancário precisa de dinheiro quando vai ser montado, em função do risco assumido de guardar os recursos e de ganhar esses recursos. E, é lógico, nós não conseguimos ainda uma política que leve à desconcentração. É preciso política econômica para ampliar essa desconcentração, e uma forma de reagir a essa concentração, de novo, é o banco público agir e concorrer com o banco privado.

Em que a gente tem que investir? A gente tem que investir em produção real, o senhor tem razão. A indústria brasileira está não só deixando de progredir e de fazer a gente ir para um patamar mais elevado, ela está retroagindo. O papel que a indústria brasileira cumpriu e a participação da indústria brasileira na nossa produção total, hoje, é inferior ao que foi no passado. Nós temos um problema sério. De onde vem isso? Da ideia de que o mercado resolve o que é melhor, de que o mercado sabe alocar recursos de maneira eficiente e de que não é preciso o setor público. Então, negou-se à indústria brasileira a proteção necessária, abriu-se o País de forma absolutamente descontrolada quando começou a abertura e a indústria brasileira não conseguiu chegar lá.

O que é preciso para resolver isso? É preciso política industrial, política econômica e industrial. Significa que é preciso planejar. Falaram aqui os Deputados de projeto nacional. É preciso calçar esse projeto nacional com políticas públicas de financiamento, com políticas públicas de estímulo, com escolhas dos setores que têm quer ser priorizados, senão a gente não decola. Para isso, é preciso Estado. O que a gente está fazendo é exatamente o inverso: estamos entregando para a iniciativa privada, como se ela fosse resolver sozinha os problemas. Não resolveu em nenhum país do mundo sem o braço do Estado. Nenhum país do mundo conseguiu levar o setor industrial onde está sem um papel importante do Estado, de várias maneiras, dependendo das circunstâncias específicas.

Sobre a financeirização, de que vários falaram, de fato temos no mundo todo uma situação muito ruim para o setor econômico real. As taxas de crescimento estão melhorando nos países da Europa e nos Estados Unidos, mas nem se comparam com as taxas de crescimento do passado, exatamente porque há um processo de supremacia da finança relativamente à produção real, que pune o crescimento econômico e o emprego no mundo todo.

Nós estamos também nessa leva, com uma desvantagem com relação àqueles países: nós temos um estágio de desenvolvimento que requer, absolutamente, produção industrial crescendo — e nós nos esquecemos disso, desistimos disso —, e a finança precisa se dedicar a financiar a produção real. A indústria, em particular, sofre porque os investimentos industriais são mais pesados do que os investimentos no setor de serviços, por exemplo. Portanto, é aquele setor que precisa de financiamento, como comentamos aqui. E é aquele setor que precisa de financiamento em condições tais, em que a taxa de lucro supere a taxa de juro, que é o custo do investimento.

O papel do crédito, nesse sentido, como foi dito aqui, é fundamental. É ele que desencadeia o processo de desenvolvimento, é ele que garante o processo de investimento e a multiplicação de emprego e renda, sobre a qual nós falamos.

Por que a taxa de juros é muito alta no Brasil, além de haver a concentração bancária? Porque a política monetária brasileira sempre foi e tem sido uma política absolutamente ortodoxa, em que se considera que taxa de juros e política monetária visam apenas controlar quantidade de moeda para controlar inflação. Não tem compromisso a política monetária, segundo essa visão — que, de resto, é a visão que domina, a visão neoliberal —, pois acha que a política monetária deve cuidar somente de inflação, e não de resolver o problema do desemprego ou estimular o crescimento da economia.

Perguntou-se por que a política fiscal está ruim. Porque, de novo, há uma percepção de que o Estado tem que sair da economia, e essa percepção é a que coloca os tetos para a política fiscal, que reduz o papel fiscal que tem o Governo. Com isso, o Governo fica sem uma alavanca para o setor industrial, para o setor agrícola, para o setor de serviços, para o desenvolvimento econômico.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradeço à Profa. Maria de Lourdes, assim como agradeço a todos os demais a presença.

Realmente, de forma muito didática e contundente, a Profa. Maria de Lourdes faz essa abordagem da supremacia do sistema financeiro na nossa economia, dos efeitos que produz, da concentração bancária, que é um problema no mundo, mas que no Brasil se intensifica de forma extraordinária. E há o risco, inclusive, de prevaleceram ideias que reforçam a possibilidade de privatização daquilo que é substancial ainda: correm risco os bancos públicos em nosso País. Fala, ainda, sobre o papel insubstituível do Estado e dos bancos públicos para cumprir essa função. Não é um problema realmente do Brasil. Mundo afora se verifica esse papel do Estado de formular políticas e ter instrumentos adequados para que essas políticas possam ser implementadas e tenham consequência. Essas reflexões são muito importantes para a conjuntura e para o debate político em curso no País.

Eu quero agradecer, portanto, a presença da Profa. Maria de Lourdes e de todos os demais, nesta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, encerrarei os trabalhos. Antes, contudo, convoco as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados para a sessão deliberativa que se realizará em seguida, após o encerramento desta audiência pública.

Consulto V.Exas. sobre o aproveitamento do painel para a sessão deliberativa que haverá em seguida. *(Pausa.)*

Não havendo objeção quanto ao aproveitamento do painel, este fica mantido para a sessão deliberativa que realizaremos em seguida.

Está encerrada a audiência pública.